

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO
Portaria CAGE 10, de 10 de fevereiro de 2011.

O CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelos incisos I e VI do art. 1º do Decreto 29.526, de 27 de fevereiro de 1980, e pelos incisos V e VIII do art. 13 do Decreto 37.297, de 13 de março de 1997, e, considerando as disposições dos artigos 76 e 150 da Constituição Estadual e o artigo 55 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do Estado Rio Grande do Sul relativo ao exercício de 2010, de acordo com a Portaria 462, de 5 de agosto de 2009, da Secretaria do Tesouro Nacional, com informações realizadas e registradas no Sistema de Administração Financeira do Estado – AFE pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ PAULO FREITAS PINTO,
Contador e Auditor-Geral do Estado.
CPF – 303.175.920-68
CRC/RS – 35.762

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2010 A DEZ/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (1) (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.113.050.549,67	1.865.434,88
Pessoal Ativo	5.493.992.325,01	1.865.434,88
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.619.058.224,66	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	565.805.762,04	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	565.805.762,04	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.547.244.787,63	1.865.434,88
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		9.549.110.222,51
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>		<u>VALOR</u>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		20.297.846.621,21
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		47,04%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 60.00%		12.178.707.972,73
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57.00%		11.569.772.574,09

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

Notas:

- 1 O valor dos itens Pessoal Ativo e Pessoal Inativo e Pensionistas não inclui despesas com indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária, decorrentes de decisão judicial e de exercícios anteriores.
- 2 A Despesa Total com Pessoal está apresentada de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE quanto à Prestação de Contas da Gestão Fiscal do exercício de 2000, adotando-se, subsidiariamente, a orientação contida na Informação TCE 43/2001 e no Parecer Coletivo 2/2002, aprovados pelo Tribunal Pleno nas sessões de 10 de outubro de 2001 e 08 de maio de 2002, respectivamente. Neste sentido, não estão computados como despesa de pessoal os gastos com pensões, assistência médica, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-creche, bolsa de estudos, auxílio-funeral e o Imposto de Renda Retido na Fonte da remuneração dos servidores.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JAN A DEZ/2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
1 - PODER EXECUTIVO (1.1 + 1.2 + 1.3 - 1.4)	4.457.321.478,82	2.440.346.356,81	2.016.975.122,01
1.1 - Administração Direta	4.369.511.335,12	2.439.591.297,30	1.929.920.037,82
1.2 - Autarquias	62.545.803,74	23.717.441,03	38.828.362,71
1.3 - Fundações	52.024.353,76	3.797.632,28	48.226.721,48
1.4 - Transferências Intragovernamentais	26.760.013,80	26.760.013,80	-
2 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2)	5.530.052,55	101.391,92	5.428.660,63
2.1 - Assembléia Legislativa	3.100.725,42	-	3.100.725,42
2.2 - Tribunal de Contas do Estado	2.429.327,13	101.391,92	2.327.935,21
3 - PODER JUDICIÁRIO	502.374.134,91	46.671.215,54	455.702.919,37
4 - MINISTÉRIO PÚBLICO	16.510.919,75	64.573,54	16.446.346,21
RECURSOS NO ATIVO VINCULADO (I) = (1 + 2 + 3 + 4)	4.981.736.586,03	2.487.183.537,81	2.494.553.048,22
5 - PODER EXECUTIVO (5.1 + 5.2 + 5.3 + 5.4 - 5.5)	1.390.689.752,56	5.925.765.514,47	(4.535.075.761,91)
5.1 - Administração Direta	654.075.469,19	5.749.839.345,78	(5.095.763.876,59)
5.2 - Autarquias	862.676.115,72	178.250.828,67	684.425.287,05
5.3 - Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS	40.560.952,07	208.127.021,49	(167.566.069,42)
5.4 - Fundações	97.558.561,16	53.729.664,11	43.828.897,05
5.5 - Deduções para fins de Consolidação do Poder Executivo:	264.181.345,58	264.181.345,58	-
- Transferências Intragovernamentais	119.837.235,48	119.837.235,48	-
- Contribuições ao IPE-SAÚDE	30.767.823,12	30.767.823,12	-
- Contribuições ao RPPS	19.053.839,90	19.053.839,90	-
- Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura - CDO	66.589.644,63	66.589.644,63	-
- IRRF/CPS a Recolher	19.540.923,81	19.540.923,81	-
- Consignações sobre Folha de Pagamento	8.391.878,64	8.391.878,64	-
6 - PODER LEGISLATIVO (6.1 + 6.2)	44.364.664,90	8.019.397,12	36.345.267,78
6.1 - Assembléia Legislativa	37.713.946,61	5.403.083,14	32.310.863,47
6.2 - Tribunal de Contas do Estado	6.650.718,29	2.616.313,98	4.034.404,31
7 - PODER JUDICIÁRIO	51.911.101,16	19.412.460,72	32.498.640,44
8 - MINISTÉRIO PÚBLICO	51.218.268,36	11.628.718,74	39.589.549,62
9 - DEDUÇÕES PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO NO ESTADO (9.1 + 9.2 + 9.3)	4.542.593,82	4.542.593,82	-
9.1 - Contribuições ao IPE-SAÚDE devidas pelos demais Poderes	4.159.990,55	4.159.990,55	-
9.2 - Contribuições ao RPPS devidas pelos demais Poderes	41.811,44	41.811,44	-
9.3 - IRRF e Contribuição Previdenciária Suplementar devidos pelos demais Poderes	340.791,83	340.791,83	-
RECURSOS NO ATIVO DISPONÍVEL (II) = (5 + 6 + 7 + 8 - 9)	1.533.641.193,16	5.960.283.497,23	(4.426.642.304,07)
TOTAL (III) = (I + II)	6.515.377.779,19	8.447.467.035,04	(1.932.089.255,85)

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Nota: As Obrigações Financeiras não incluem os saldos de empenho do exercício não-liquidados inscritos nas contas de Restos a Pagar Não-

-Processados os quais são demonstrados no Anexo VI.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN A DEZ/2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
1 - PODER EXECUTIVO (1.1 - 1.2)	21.852.338,08	101.710.046,49	3.847.424,17	220.966.232,39	2.016.975.122,01	-
1.1 - Administração Direta, Autarquias e Fundações	21.868.090,70	110.554.915,16	3.847.424,17	220.966.232,39	2.016.975.122,01	-
1.2 - Contribuições patronais ao IPE-SAÚDE e RPPS	15.752,62	8.844.868,67	-	-	-	-
2 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2)	-	13.991,92	87.400,00	470.933,08	5.428.660,63	-
2.1 - Assembléia Legislativa	-	-	-	160.000,00	3.100.725,42	-
2.2 - Tribunal de Contas do Estado	-	13.991,92	87.400,00	310.933,08	2.327.935,21	-
3 - PODER JUDICIÁRIO	818.571,04	6.905.001,78	28.481.556,51	197.349.506,49	455.702.919,37	-
4 - MINISTÉRIO PÚBLICO	-	64.573,54	-	4.220.597,74	16.446.346,21	-
RECURSOS NO ATIVO VINCULADO (I) = (1 + 2 + 3 + 4)	22.670.909,12	108.693.613,73	32.416.380,68	423.007.269,70	2.494.553.048,22	-
5 - PODER EXECUTIVO (5.1 - 5.2)	39.097.325,24	375.914.901,16	22.190.261,09	43.312.199,74	(4.535.075.761,91)	204.346.759,50
5.1 - Administração Direta, Autarquias e Fundações	43.417.088,03	394.563.464,22	22.190.261,09	43.322.947,93	(4.535.075.761,91)	204.346.759,50
5.2 - Contribuições patronais ao IPE-SAÚDE e RPPS	4.319.762,79	18.648.563,06	-	10.748,19	-	-
6 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2)	24.861,59	2.721.040,95	2.084.808,65	13.481.107,17	36.345.267,78	-
6.1 - Assembléia Legislativa	24.861,59	2.366.316,36	373.105,40	5.771.336,26	32.310.863,47	-
6.2 - Tribunal de Contas do Estado	-	354.724,59	1.711.703,25	7.709.770,91	4.034.404,31	-
7 - PODER JUDICIÁRIO	-	6.224.868,07	725.674,71	2.573.311,67	32.498.640,44	-
8 - MINISTÉRIO PÚBLICO	37.033,43	1.662.022,72	4.907.376,38	20.037.864,92	39.589.549,62	-
RECURSOS NO ATIVO DISPONÍVEL (II) = (5 + 6 + 7 + 8)	39.159.220,26	386.522.832,90	29.908.120,83	79.404.483,50	(4.426.642.304,07)	204.346.759,50
TOTAL (III) = (I + II)	61.830.129,38	495.216.446,63	62.324.501,51	502.411.753,20	(1.932.089.255,85)	204.346.759,50

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS LIMITES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JAN A DEZ/2010

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	9.549.110.222,51	47,04%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.178.707.972,73	60,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	11.569.772.574,09	57,00%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	43.437.026.558,26	214,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	47.484.782.385,66	233,94%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	201.103.945,46	0,99%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.465.526.256,67	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	786.825.000,00	3,88%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.247.655.459,39	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita	1.420.849.263,48	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	502.411.753,20	(1.932.089.255,85)

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE